

TRABALHO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Liana Bastos Bezerra, Mestranda PPGEd-UFGC, lianabastosb@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

No final do ano de 2019, foram identificados na China os primeiros casos de Covid-19 ocasionada pelo vírus SARS-Cov-2. Considerando a propagação do vírus pelo mundo, no dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou pandemia. No Brasil, o primeiro caso da doença foi diagnosticado em 26 de fevereiro de 2020. No dia 12 de outubro de 2020, o país já contava mais de 5 milhões de casos da doença confirmados e mais de 150.000 mortos.

Diante disso, a partir de março de 2020, foram adotadas medidas de distanciamento social em todo o país, inclusive com a suspensão de aulas presenciais em todos os níveis de ensino. Em 28 de abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou o Parecer nº. 5/2020, que estabeleceu a reorganização dos calendários escolares, autorizou a realização de atividades de forma não presencial enquanto perdurar o isolamento e, após o retorno às atividades, e previu a possibilidade de aproveitamento da carga-horária (BRASIL, 2020, p. 5-8). Nesse contexto, sistemas estaduais e municipais de ensino regulamentaram a implementação do ensino remoto nas suas redes ensino. Tais definições trouxeram desdobramentos para as escolas públicas e para o trabalho docente.

Considerando o exposto, o texto reflete acerca das implicações das medidas adotadas, relativas ao ensino remoto, no trabalho dos professores da Educação Básica. Apresenta resultados parciais de pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande (PPGED/UFGC), que investiga as medidas educacionais adotadas pela rede estadual de ensino do estado da Paraíba durante o distanciamento social, e seus desdobramentos para a efetivação do direito à educação e para o trabalho docente.

É resultado de revisão bibliográfica, que aborda questões relacionadas aos processos educacionais no período da pandemia, com ênfase no trabalho dos docentes da Educação Básica, e da análise de documentos legislativos e normativos emanados de órgãos públicos nesse período (CNE e Secretaria de Estado de Educação e da Ciência e

Tecnologia da Paraíba - SEECT/PB), como pareceres e portarias. Também, fundamentam o trabalho, notícias veiculadas em *sites* de jornais e de *blogs* sobre o tema.

O trabalho está organizado em quatro momentos. No primeiro, a presente introdução, é feita a apresentação geral do texto, incluindo a metodologia utilizada. No segundo, são apresentados resultados preliminares e as discussões relativas às consequências da crise sanitária para o trabalho docente. Por último, são apresentadas as considerações finais com base nos objetivos e resultados.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.1 Pandemia, ensino remoto e trabalho docente na educação brasileira

Diante das medidas de distanciamento social adotadas em decorrência da alta transmissibilidade e letalidade da Covid-19 uma das primeiras providências adotadas pelos sistemas e redes de ensino do país foi a suspensão das aulas presenciais. Diversas secretarias de educação editaram normas tratando da implementação de regimes especiais para esse período, reordenando o calendário escolar e prevendo atividades não presenciais. De acordo com Soares (2020, p. 7), “a pressão pela continuidade dos estudos fez com que se tirasse da gaveta um projeto que há muito tempo fazia parte das aspirações dos governos e empresas privadas de educação: a educação a distância (EAD)”. Entretanto, faz-se necessário observar que a EAD é uma modalidade que requer uma ampla infraestrutura, bem como profissionais formados adequadamente. Desse modo, segundo Oliveira (2020), aquilo que se propõe apressadamente e de improviso nos sistemas e redes educacionais, em tempos de pandemia, não pode ser classificada como EAD, por isso as denominações “ensino remoto” ou “educação não presencial”. Segundo Santana Filho

A urgência para que já nas primeiras semanas os professores, agora assumido tarefas a partir de suas casas, realizassem a transposição de seus planejamentos para plataformas virtuais e recursos pela *internet* conduz à reprodução pura e simples da exposição oral presencial para a repetição à distância das explicações e exercícios. É um arremedo de proposta pedagógica (SANTANA FILHO, 2020, p. 6).

No concernente à implantação do ensino remoto nesse contexto de pandemia, Silva e Albino (2020, p. 7), ao comentarem sobre a implantação do Regime Especial de Ensino pela SEECT/PB, discorrem sobre algumas das principais preocupações do momento. Para as autoras, “a mais frequente, diz respeito ao acesso de estudantes e docentes às tecnologias digitais e comunicacionais”.

Pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTRADO), em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), observou que 84% dos professores têm desenvolvido suas atividades de maneira remota. Nas redes municipais, 53,6% não receberam qualquer formação para trabalhar com tecnologias de informação e comunicação, enquanto que nas redes estaduais 24,6% afirmaram não ter recebido a formação necessária. No que concerne ao acesso aos recursos tecnológicos, 91,1% apontaram que utilizam o celular para ministrar as aulas, 76% utilizam *notebook* e 28,2% utilizam *desktop*. Quanto ao tipo de *internet*, 65,3% indicaram utilizar banda larga, 24% plano de dados de celular e 10,4% utilizam outro tipo (GESTRADO; CNTE, 2020, p. 14).

Analisando os dados da pesquisa, é possível perceber que a maioria dos professores da rede pública não possui formação para desenvolver suas atividades de forma remota, mesmo assim estão envidando esforços para dar continuidade aos processos de ensino-aprendizagem. Além disso, verifica-se que 34,7% dos profissionais informaram não possuir acesso a uma *internet* de qualidade (banda larga), o que compromete significativamente o desempenho de suas atividades docentes durante o ensino remoto e torna o trabalho muito mais moroso e cansativo.

Sobre essa questão, Aguiar pondera que as aulas remotas consistem em

uma grande responsabilidade que recaiu de forma abrupta nos ombros dos docentes, sem que tivessem uma formação para utilização adequada de tecnologias específicas e, muitas vezes, sem uma ambiência pedagógica coletiva que lhes permitam trocas significativas sobre o pensar/fazer didático-pedagógico (AGUIAR, 2020, p. 33).

Em relação aos processos de precarização e intensificação do trabalho do professor, observa-se o aumento significativo das atividades laborais dos docentes no período da pandemia. Diversos sistemas de ensino adotaram regimes diferenciados em que os professores precisam atuar em várias frentes, de forma a tentar mitigar os prejuízos ao direito à educação dos estudantes. A título de exemplo, é apresentado o Regime Especial de Ensino proposto pela SEECT/PB. Esse órgão criou a Plataforma Paraíba Educa, com recursos do *Google Classroom*, além da exibição de aulas e atividades remotas por meio da TV Paraíba Educa, que consiste em um canal da TV aberta. Para o estudante que não tiver acesso à *internet* e a outros recursos digitais, o professor deverá disponibilizar roteiro impresso de estudos, que deverão ser entregues para os alunos, na escola, nas datas da distribuição das cestas básicas (PARAÍBA, 2020).

À intensificação da jornada laboral, soma-se a extenuante rotina dos trabalhos domésticos, cuidado com crianças e idosos, estudo, bem como a preocupação provocada pelo momento da pandemia, criando uma conjuntura propícia ao adoecimento do trabalhador. Destaca-se que o magistério é uma profissão que possui atuação preponderante feminina, que, historicamente, assume majoritariamente as funções domésticas e do cuidado familiar. De acordo com Zaidan e Galvão,

A opressão pelo trabalho tensiona todos os limites físicos, emocionais, cognitivos, relacionais reconfigurando neste momento a categoria de professores em todas as esferas educacionais, pública, privada, básica e superior. Se o adoecimento docente já era uma realidade, tanto mais agora, por esta lógica alienante (ZAIDAN; GALVÃO, 2020, p. 265).

No que se refere à manutenção do vínculo de trabalho, Carvalho (2019, p. 133) informa que, no ano de 2017, cerca de 45% dos professores da Educação Básica no Brasil não possuíam estabilidade. Tal situação, aumenta o risco da perda do emprego durante a pandemia, mesmo para os que atuam nas redes públicas de ensino. Na rede privada, a situação é ainda mais preocupante. Segundo o Jornal Folha de Pernambuco, a Federação Nacional de Escolas Particulares (Fenep) projeta que “cerca de 300 mil docentes da educação básica já foram demitidos durante a pandemia” (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2020, p. 1).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentou implicações da pandemia para o trabalho dos professores da Educação Básica, sobretudo no que se refere às condições para o exercício da docência e da permanência no posto de trabalho. Os autores apresentados afirmam que não foram asseguradas aos docentes formação adequada e, nem tão pouco, os recursos necessários para a realização do ensino remoto, que, no geral, vêm sendo assegurados pelos próprios professores. Além do exposto, foi evidenciado que o cotidiano da pandemia e a rotina do ensino remoto aumentaram significativamente o volume de trabalho dos professores, sobretudo, das professoras, criando um ambiente propício ao adoecimento docente.

As reflexões aqui apresentadas revelam desafios enfrentados pelos docentes durante o período de distanciamento social causado pelo Covid-19, que, sem dúvida, vêm agravando problemas históricos da profissão e das condições de funcionamento das escolas públicas no país. Revelar tais situações contribui, para além da denúncia, para ampliar o conhecimento acerca da realidade vivenciada pelos trabalhadores docentes e o fortalecimento da organização coletiva para sua reversão.

4. REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. da S. Impactos da pandemia da Covid-19 na Educação Brasileira e seus reflexos nas políticas e orientações curriculares. **Revista de Estudos Curriculares**. Braga, v. 11, n. 1, 2020, p. 24-45.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 5**, 28 abr. 2020

FOLHA DE PERNAMBUCO. **Professores de escolas privadas foram demitidos na pandemia**. 31 ago. 2020. Disponível em:
[https://www.folhape.com.br/noticias/professores-de-escolas-privadas-foram-demitidos-na-pandemia/153012/#:~:text=Segundo%20estimativa%20da%20Fenep%20\(Federa%C3%A7%C3%A3o,a%20rede%20particular%20neste%20ano](https://www.folhape.com.br/noticias/professores-de-escolas-privadas-foram-demitidos-na-pandemia/153012/#:~:text=Segundo%20estimativa%20da%20Fenep%20(Federa%C3%A7%C3%A3o,a%20rede%20particular%20neste%20ano). Acesso em: 3 out. 2020.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL E TRABALHO DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (GESTRADO – UFMG); CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). **Trabalho docente em tempos de pandemia**. Relatório Técnico. 2020. Disponível em:
https://www.uncme.org.br/Gerenciador/kcfinder/upload/files/cnte_relatorio_da_pesquisa_covid_gestrado_v02.pdf. Acesso em: 1 out. 2020.

OLIVEIRA, R. R. A. **Educação a distância ou educação não presencial?** APESJF. Série Pandemia e Política. Mai. 2020.

PARAÍBA. Secretaria de Estado de Educação da Ciência e da Tecnologia. **Portaria nº. 481**, 11 mai. 2020. João Pessoa/PB.

SANTANA FILHO, M. M. D. Educação geográfica, docência e o contexto da pandemia Covid-19. **Revista Tamoios**. São Gonçalo, v. 16, n. 1, 2020, p. 3-15. Disponível em:
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50449> Acesso em: 1 de out. 2020.

SILVA, A. F. da; ALBINO, A. C. A. Rede estadual de ensino da Paraíba: Educação em “Regime Especial” em tempos de Covid-19. **Revista Educação Básica em Foco**, v.1, n1, abril a junho de 2020. Associação Nacional de Política e Administração da Educação – Brasília : Anpae, 2020.

SOARES, S. B. V. Coronavírus e a modernização conservadora da Educação. In: SOARES, S. B. V. *et al* (Org.). **Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil**. Brasil: Editora Terra Sem Amos, 2020, p. 5-14.

ZAIDAN, J. M.; GALVÃO, A. C. COVID19 e os abutres do setor educacional: a superexploração da força de trabalho escancarada. In: AUGUSTO, C. B.; SANTOS, R. D. (Orgs.). **Pandemias e pandemônio no Brasil**. São Paulo: Instituto Defesa da Classe Trabalhadora, 2020, p. 261-265.